

Prefácio

Esta publicação vem a lume postumamente, mas não constitui o resgate de uma dívida que deveria ter sido quitada em vida. Ao longo dos anos em que atuou no Superior Tribunal de Justiça, o Ministro **Carlos Alberto Menezes Direito** foi homenageado pelos seus colegas, dia após dia. Gestos que resultavam, primeiro, das amizades que conquistou e, depois, da admiração.

A afetividade era a sua marca pessoal, sentimento que nele se desenvolveu com o amor aos pais. Falava deles com uma ternura sempre renovada. Amor que dedicou apaixonadamente à esposa, filhos e netos, que lhe davam tanto orgulho. Não admira que, nutrido pelo amor recíproco dos seus familiares, lhe sobrasse afeto para os amigos. Fez muitas e grandes amizades, dentro e fora do círculo do Tribunal.

A inteligência, às vezes, pode causar sentimentos subalternos, mas nele esse dom fulgurava cordialmente, a tal ponto que atraía ao invés de distanciar. Fazia uso dela sem aparentá-la, embora não pudesse esconder um dos seus atributos, a memória prodigiosa. Espantava a todos – colegas, servidores, advogados – a facilidade com que, tendo o voto escrito à frente, reproduzia o texto sem lê-lo.

O gosto pelos estudos jurídicos fez dele um advogado bem-sucedido e um brilhante professor, contudo a verdadeira vocação só se revelou quando foi destacado da classe dos advogados para ocupar uma das cátedras do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Daí para o Superior Tribunal de Justiça, para o Tribunal Superior Eleitoral e para o Supremo Tribunal Federal, foi um passo natural.

O tempo que permaneceu no Superior Tribunal de Justiça deu-lhe a oportunidade de inscrever o nome na galeria dos maiores juízes que aqui jurisdicionaram. Trabalhador incansável, iniciava de madrugada o seu labor diário. O estudo dos autos era exauriente, de tal modo que conhecia então todos os detalhes da causa. Somado a isso o domínio da doutrina e da jurisprudência, sua argumentação tinha sempre o peso da credibilidade.

A morte prematura quando já ascendera ao Supremo Tribunal Federal privou-nos da companhia amiga, e a ele, cuja primeira escolha fora o magistério do Direito Constitucional, de um período maior de contribuição ao desenvolvimento de nossas instituições políticas. A memória, no entanto, de quem como ele fez obra perene subsiste no nosso coração e mente.

Ministro ARI PARGENDLER
Presidente do Superior Tribunal de Justiça